



**Câmara Municipal de  
Santa Leopoldina**

**APROVADO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EM 09/09/2013

  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2013**

**DISPÕE SOBRE A PROPOSTA PARA  
ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL  
DE INVESTIMENTOS REFERENTE AO  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL 2014  
A 2017.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA/ES, NO USO DE  
SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO A  
SEGUINTE RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** - Quando da instituição do Plano Plurianual de Investimentos do Município, para o exercício de 2014, 2015, 2016, 2017, a ser elaborado nos termos da Legislação vigente, no tocante à Câmara Municipal de Santa Leopoldina, serão observados os objetivos e metas conforme o anexo 1 que integra esta Resolução.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Plenário da Câmara Municipal, 23 de agosto de 2013.


**MESA DIRETORA**



**ÂNGELA MARIA SCHULTZ LEPPAUS**  
Presidente da Câmara



**CELESTINO MULLER THOMAS**  
Vice-Presidente



**ALEX NUNES RIBEIRO**



**ROBSON JOSÉ SILLER**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*(Continuação do Projeto de Resolução Nº. 007/2013)*

### **JUSTIFICATIVA:**

Consoante se verifica da Lei 4.320/64 e do Texto Constitucional, o Plano Plurianual deverá estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Nesse sentido, para as despesas de capital possam ser realizadas com a sua extensão superior a um exercício financeiro, deverão elas ser incluídas, previamente, no Plano Plurianual, sob pena de crime de responsabilidade, conforme dispõe o § 1º do Artigo 167, da Carta Magna.

Assim, conquanto o Projeto de Lei que venha dispor sobre a seguinte matéria seja de iniciativa do Executivo Municipal, cumpre ao Poder Legislativo fixar, premonitivamente, tais metas, objetivos e diretrizes, por força do artigo 2º da Carta Magna Constitucional, obedecendo-se os parâmetros da Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 31, inciso IX.